

Estudo de Caso

A terra prometida e o assentamento Alegre, em Alto Bonito

“Foram noites e noites sem dormir, vigilantes e apreensivos, pois a qualquer momento poderiam chegar os jagunços”. “Xingamentos de todos os tipos foram lançados contra nós que estávamos acampados às margens do Riacho das Mortes”. “Passamos fome, frio e muitas vezes acordamos com o barulho da água que invadia nossos barracos feitos de palha, molhando todos nossos pertences”. (Antonio Gomes da Cruz).



Foto: Marciel Santos

INFORMAÇÃO GEORREFERENCIAL

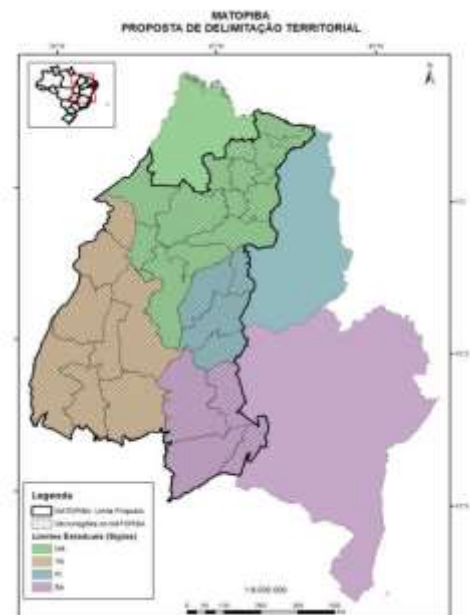
O acampamento de “Sem Terra” (Assentamento Alegre), do Pov. Alto Bonito, município de Riachão, Maranhão – Brasil, foi criado em 08 de junho de 2003 por trabalhadores rurais sem terra com o objetivo de conquistar uma área para o sustento. Após alguns meses decidiram acampar as margens da Rodovia Federal - BR 230, entre os povoados Alto Bonito e o Povoado Posto Fiscal, próximo ao Riacho das Mortes, no dia 08 de junho do mesmo ano. Permaneceram acampados até o dia 05 de outubro de 2005. Hoje, nesta área de 1.349 hectares, estão assentadas 42 famílias pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, em pleno Cerrado¹.

¹Cerrado ou Cerradão, é "nome dado às savanas brasileiras caracterizadas por árvores baixas, arbustos espaçados e gramíneos, e pode ser classificado como cerradão, cerrado típico, campo cerrado, campo sujo de cerrado ou campo limpo, sendo que o cerradão é o único que apresenta formação florestal" (IBGE).



O Assentamento Alegre está localizada nas coordenadas geográficas: -7.409105, -46.971007, aproximadamente 50km da cidade de Riachão e foi formado, inicialmente, por um grupo de 50 famílias que criaram uma Associação visando a obtenção da terra para garantir sua subsistência.

A região onde se localiza o Assentamento Alegre é considerada a grande fronteira agrícola nacional, chamada de MATOPIBA². O MATOPIBA compreende boa parte do bioma Cerrado, nos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia; abrange aproximadamente 02 milhões de km² e detem mais de 5% da biodiversidade do planeta Terra. A população (indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, sertanejos, geraizeiros, etc.) mantêm um modo de vida tradicional, cultivando de forma agroecológica e preservando o meio ambiente³.



²A expressão MATOPIBA resulta de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa expressão designa uma realidade geográfica caracterizada pela expansão de uma nova fronteira agrícola no Brasil baseada em tecnologias modernas de alta produtividade. Até a primeira metade do século 20, essa grande área era coberta por pastagens em terras planas e vegetação de cerrado e caatinga. A agricultura era considerada improdutiva. Desde 2005, houve um fenômeno de expansão da atividade agrícola com o surgimento de fazendas de monocultura que utilizam tecnologias mecanizadas para a produção em larga escala. Apesar da sua deficiência em infraestrutura, a predominância do relevo propício à mecanização, as características do solo, o regime favorável de chuvas e o preço da terra constituem alguns dos principais fatores chamativos para o investimento de grandes produtores na região.

³Uma perspectiva necessária às lutas ambientais chamado de Ecologismo dos Pobres (Juan Martinez ALIER). O ecologismo tem colocado em cheque as leis capitalistas de mercado, principalmente na sua fase globalizada, devido à apropriação e exploração inconsequente dos recursos naturais. Ao mesmo tempo tem apontado que o



Cerradão

Foto: Helci Ferreira

CLASSIFICAÇÃO DO CASO

Esta experiência se dá no sul do Estado do Maranhão, município de Riachão, onde cerca de 42 famílias sem terra entraram em disputa com o fazendeiro em 2003. As famílias composta especificamente por sertanejos⁴ encontraram um latifúndio improdutivo (descumprindo sua função social).



Foto: arquivo pessoal do PA Alegre

meio ambiente não se reduz ao tratamento somente científico da natureza:
<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/17910/11685>

⁴Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

No processo de luta tiveram embates muito fortes com pistoleiros, a mando do suposto proprietário; com a polícia, com o Ministério Público e a justiça. Em uma ação coordenada, moveram processo contra a CPT e os trabalhadores, com a acusação de formação de quadrilha e esbulho possessório, Enfrentaram discriminação, desdém e morosidade dos Orgãos de Governo. Porém, receberam apoio do STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Riachão, da CPT - Comissão Pastoral da Terra e da Diocese de Balsas. As famílias foram emitidas na posse em 17 de outubro de 2005, “*fincamos pé*” (Antonio Gomes da Cruz) e conquistamos a terra onde vivemos até hoje em comunidade.



Foto: Marciel Santos

No PA Alegre, hoje vivem 42 famílias, plantando uma grande variedade de alimentos para seu sustento, quis sejam: abóbora, macacheira, melancia, feijão, fava, arroz etc... além de criação de pequenos animais, como galinha, porco, bode.

Durante o processo de luta na terra as famílias, por vezes, eram surpreendidos pelos capangas do fazendeiro que os mandavam colocar animais nas suas roças, provocando destruição. Estas ações deixavam as famílias muito angustiadas e em desespero, pois não sabiam como iriam resistir aquele ano sem o alimento que haviam plantado.

Diante destas constantes violações de seus direitos, as famílias começaram a se organizare buscaram ajuda junto ao STTR do município de Riachão que acionou o INCRA⁵ através de um pedido de desapropriação da área.

⁵Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria

Depois de muitas reivindicações e muita luta o INCRA veio até a área e começou todo o processo de desapropriação e de Imiçãode Posse⁶dos trabalhadores rurais.

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E CULTURAIS DA POPULAÇÃO ENVOLVIDA

A Historia do PA Alegre começa desde 2003 quando as 42 famílias sem terra entraram na área, em 2005 conquistaram parte da área onde estão assentandos. Já se foram doze anos e os assentados continuam lutando para conquistar a outra parte do terreno.

OsTrabalhadores do Assentamento Alegre (PA – Alegre), como é conhecido, tem uma relação muito íntima com o território. Além de produzirem agroecologicamente, o fazem de forma coletiva, em mutirão. O trabalho é arduo e as famílias, coletivamente realizam apanha do arroz, o arranquio da mandioca. Há um planejamento onde é criado um cronograma, que define as datas em que cada grupo familiar tem estabelecido os seus dias de participação nos trabalhos em mutirão. Este trabalho cooperativo ocorre tanto no plantio, limpa e colheita do produto, quanto na comercialização.



Foto:Marciel Santos

As famílias, uma vez por ano, realizam a “Festa da Colheita⁷”, forma de agradecer a Deus pelos frutos da terra e de seu trabalho. Este momento festivo ajuda a manter o vigor e a

⁶Ato judicial que confere ao interessado a posse de determinado bem a que faz jus e da qual está privado. Ela pode decorrer também de ato entre particulares, mediante acordo extrajudicial.

união dos trabalhadores para que sigam vivendo e produzindo alimentos de boa qualidade sem utilização de agrotóxicos.



Foto:arquivo pessoal do PA Alegre

Além de produzirem os alimentos para o sustento das famílias o PA alegre, comercializam o excedente em feiras locais, faz-se uma troca de saberes e sabores⁸ com outras comunidades valorizando as experiências local, cultural adquirindo conhecimento e repassando para as outras gerações, na produção as famílias tem como carro chefe a produção de “farinha amarela” produto derivado da mandioca (variedade específica, com coloração natural e sabor único,utilizada na culinária tradicional da região).



Foto:Marciel Santos

⁷A Festa da Colheita é realizada anualmente, como festejos de São João Batista (festas juninas), oferecem a produção anual, trazem convidados, fazem comidas típicas e partilham um banquete dos produtos do assentamentos aos participantes e convidados.

⁸Processo de solidariedade, intercâmbio de experiência e manutenção da cultura, a partir da produção, comidas, sementes e saberes tradicionais. Aproveitam os eventos em que as pessoas do Assentamento participam para manter viva a cultura e estrutura econômica tradicional.

Para se ter acesso à educação, as crianças e jovens da comunidade se desloca cerca de 6 km no transporte escolar até o povoado Alto Bonito todos os dias, pois não tem ainda escola na localidade, isso também vale na área de saúde que por sua vez tem que se deslocar em transporte alternativo.

HISTÓRIA DA DEMANDA E ESTRATÉGIA DE ACESSO

Antes do assentamento Alegre todas famílias camponesas viviam de agregados, girando sem destino de fazenda em fazanda, para fazer suas roças. Cansados de tantas incertezas decidem criar uma associação e pedir apoio as entidades de apoio na luta pela terra. Ficaram acampados à beira da estrada (BR 230), por um bom período. Esse tempo foi fundamental para o processo Formativo das famílias.

A desapropriação aconteceu em 2005, desde a desapropriação as familias já conseguiram dividir o lotes, construção das casas, duas linhas de crédito... Atualmente, as famílias vivem numa área de 1.849 hectares, sendo 35% destinada a reserva ambiental e o outros 65% dividida em lotes para 42 familias,destinado uma área de 20 hectares para cada família.

Após a conquista da terra, as familias conquistaram as casas, as divisões dos lotes e outros benefícios por parte do Estado. Posteriormente a Cáritas contribuiu com a Rede Mandioca⁹, contruindo mais uma casa de Farinha.

Estão pendentes a desapropriação de mais 840 hectares da mesma propriedade. Segundo os moradores, só com a desapriação de toda a área as famílias teriam condições de viver com dignidade em seus respectivos lotes.

⁹A Rede Mandioca, esta presente em todas as regiões do Maranhão e articula mais de cem grupos, associações e empreendimentos produtivos em mais de 80 municípios. Atualmente estão associados à articulação estadual lavradores, agroextrativistas, artesãos e criadores de pequenos animais. Sua plenária estadual acontece a cada dois anos e elege os 14 membros de sua coordenação – dois por região. A Cáritas Brasileira Regional Maranhão presta assessoria técnica aos filiados da Rede Mandioca.

Linha do tempo



2003

Início do acampamento



2005

Início do Assentamento (conquista da terra pelas famílias junto ao INCRA)



2007

Divisão dos lotes



2010

Construção das casas



2015

Feira de Agricultura Familiar



2017

Mutirão de beneficiamento da
mandioca

ASPECTOS LEGAIS DO ACESSO E CONTROLE DA TERRA, CONFLITOS E OUTROS ATORES

O marco normativo para o acesso à terra do PA Alegre teve como princípio a função social da propriedade de acordo a Constituição Federal de 1988.

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - Aproveitamento racional e adequado;

II - Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - Observância as disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores (CF, 1988. Art. 186).

A desapropriação por descumprimento da função social do latifúndio improdutivo aconteceu em 2005, depois de 02 anos de ocupação da área. Atualmente, as famílias vivem numa área de 1.849 hectares, sendo 35% destinada a reserva ambiental e o outros 65% dividida em lotes para 42 famílias,destinado uma área de 20 hectares para cada família.

Mesmo com a desapriação o conflito se mantem, já que estão pendentes no INCRA, a desapropriação de 840 hectares restantes, da referida fazenda. O INCRA já efetuou a vistoria da área em disputa, mas segundo os moradores, há uma grande burocracia por partes dos órgãos do Governo, causando grande morosidade, enquanto as “famílias crescem e não há

mais onde construírem suas moradias e roças”. Esta desapropriação deveria ter acontecido junto a desapropriação anterior, mas acreditam que o fazendeiro com intermédio de funcionários do INCRA possa ter dificultado o processo para se beneficiar.

Parte da retardamento se dá pelas novas medidas do Governo Federal, a desapropriação atualmente depende, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário através da portaria nº6, de 31 de Janeiro 2013; publicado no Diário Oficial da União em 01 de fevereiro de 2013 (nº 23, Seção 1, pág. 87), de indicadores para priorização na escolha de áreas, conforme lei abaixo:

Art. 1º - Esta Portaria estabelece os parâmetros a serem observados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra no estabelecimento da ordem de prioridade territorial para as ações de obtenção de terras para a reforma Agrária e os critérios, requisitos e procedimentos básicos para a seleção de candidatos a beneficiários da reforma agrária.

Art. 2º - O MDA e o Incra, observado o disposto no art. 2º da Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, priorizarão as ações de obtenção de terras para reforma agrária e criação de novos projetos de assentamento, levando em consideração a combinação dos seguintes indicadores:

- I - densidade de população em situação de pobreza extrema no meio rural;*
- II - concentração fundiária;*
- III - incidência de minifúndios;*
- IV - disponibilidade de terras públicas não destinadas;*
- V - demanda social fundamentada; e*
- VI - existência de ações do Poder Público no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria e do Programa Territórios da Cidadania ou outras iniciativas que facilitem o acesso das famílias assentadas às políticas de inclusão social e produtiva.*

Na parte desapropriada estão assentadas duas ou três famílias por lote, produzindo, mas aguardando a decisão do INCRA, para que seja resolvido a ampliação da área. Os assentados acreditam que só vão conseguir ter tranquilidade quando resolver todas estas pendências. Mesmo assim, ficam bastante apreensivos diante dos retrocessos na reforma agrária que o país está vivendo. Seguem sem nenhum indicativo sobre a desapropriação por parte do Estado e das novas portarias que impedem o andamento do processo. além de outros retrocessos, como aponta a Comissão Pastoral da Terra em Nota contra a Medida Provisória 759. Segundo a CPT "a foco da mudança é favorecer o mercado de terras, inclusive com as áreas de Reforma Agrária, ao impor a liquidação dos créditos concedidos às famílias assentadas. É o que está por trás do objetivo de facilitar a titulação da propriedade".



Foto: Marciel Santos

Enquanto os trabalhadores rurais lutam pelo direito básico de acesso à terra, o governo Federal vem dilapidando o direito, já constituído, em função do mercado de terras, impondo a liquidação dos créditos concedidos às famílias assentadas para facilitar a titulação da propriedade (contrariando a proposta do próprio INCRA apresentada na placa acima). Mais uma página da Constituição Federal de 1988 está sendo rasgada, justamente a que estabelece a “função social da terra” (CF art. 5º, XXIII e art. 170, III) e da mesma forma se busca impedir a participação dos Movimentos Sociais no processo de democratização da terra, decisivo para que alguma reforma agrária aconteça. Com o mesmo fim, consolida a legalização da grilagem de terras. Como tal põe em risco o patrimônio ambiental e hídrico do país e do planeta, como é o caso do MATOPIBA, apróprriaCPT e os movimentos sociais do campo já vinham denunciando, há alguns anos, a diminuição drástica do número de assentamentos no país, ao ponto de chegar a apenas 1.686 famílias assentadas em 2016. Uma política, portanto, que atinge o auge em 2017, com as condições criadas pelo governo golpista de Temer, último ano levantado pelo livro de conflitos da CPT. Junto a isso, uma série de medidas vem sendo imposta para, paralisar a democratização das terras e abri-las à exploração de seus recursos naturais.

Os povos do Cerrado vivem sobre pressão psicológica, ameaçados, na mira dos agrotóxicos e muitas vezes sitiados pelo agronegócio. Como afirma o governador do Piauí, Wellington Dias (PT): *“não dá para empurrar a verdade debaixo do tapete porque existem pistoleiros atuando nos Cerrados e que pessoas que estão circulando entre autoridades promovem grilagem de áreas do Estado. Não parece ser muito diferente do cinema, que mostra disputa por terras nos filmes sobre o Velho Oeste”*, alertando sobre a necessidade da segurança jurídica na região, porque fazendeiros e empreendedores chegam a investir até R\$

300 milhões. Mesmo assim, as medidas tomadas pelo Corregedoria Geral de Justiça promete apenas a regularização das posses para assegurar a segurança jurídica, mas que não resolve o problema fundiário/agrário histórico no Brasil. Mantém-se a grande concentração de terra e a oficialização dos minifúndios e a especulação via mercado das terras de forma oficial.

Durante todo o processo, as famílias tiveram o apoio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Riachão, da Comissão Pastoral da Terra e da Diocese de Balsas, acompanhando no processo de organização do povo, na luta pelo direito e denunciando as injustiças praticadas pelos poderosos contra os camponeses: *“Ai dos que subornados, absolvem o criminoso, negando ao justo um direito que é seu. Por isso, como a labareda queima o graveto e a palha desaparece na chama, assim a raiz deles apodrecerá”* (Is 5, 33-34).

Dão-se os braços os ruralistas, maior e mais forte bancada no Congresso, e o capital financeiro, numa artimanha internacional por mais poder e dinheiro. O lastro que faltava ao capital especulativo na crise de 2008 está se providenciando na propriedade fundiária e no mercado de terras. Por isso, a aceleração dos programas federais e estaduais de regularização fundiária. As áreas dos assentamentos de reforma agrária emancipados com títulos definitivos de propriedade, depois de inviabilizados pela falta de condições para torná-los produtivos e aptos à vida com qualidade no campo, acabarão sendo vendidas e entregues a uma nova dinâmica de concentração. Sem mais, os empréstimos aos assentados poderão se tornar fatores de endividamento e perda da terra. Parece reforma agrária, mas é o contrário.

AVANÇOS NA GESTÃO DA TERRA E/OU TERRITÓRIO E EXPECTATIVAS ECONÔMICAS, CULTURAIS, SOCIAIS

O PA Alegre trouxe novas perspectivas para o município, em meio a tantas áreas do agronegócio, especulação de terras, agrotóxicos, monoculturas, entre outras ameaças o assentamento tem resistido com seus modos de vida e de produção característicos. Desenvolvem a policultura, mesmo em uma área pequena as pessoas conseguem fazer mutirões, trocas de diárias e muitas outras formas de solidariedade para sustentar a organização da comunidade e melhorar a qualidade de vida das famílias. Contudo, as influências dos grandes produtores acabam ameaçando o modo de vida da comunidade e muitos acabam incorporando práticas predatórias como os agrotóxicos. Mesmo assim as famílias tentam ao máximo contrastar contra estas práticas e a falta de assistência técnica. Apesar das diversas tentativas junto aos órgãos do Estado, esta tão sonhada assistência técnica nunca conseguiu avançar dentro do assentamento.

Durante este período como assentados, as famílias já conseguiram as construções de casas e duas linhas de créditos para que as famílias permaneçam na terra. O escoamento da produção são feitos nas feiras, sob encomendas e divulgação em redes sociais. Mesmo não

tendo um plano de comercialização bem devinido as famílias encontram muita facilidade de comercialização, tanto pela qualidade da produção, quanto pela acessibilidade dos consumidores pela BR 230.

No campo da cultura a comunidade fazem festas, rezas, delebram a produção, dentre outra práticas de benzedeadas e curas de pessoas e pra evitar pragas na lavoura. Tem uma serie de costumes juridicos criados a partir da interação com o tempo e o ambiente (ciclos do cerrado): *como tal possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040, art. 3º, § 1º).*

Apesar disso, não veem muitas perspectivas de avanços nas políticas públicas em meio à crise político-social em que o país está imerso, o Congresso Nacional dominado pelas forças mais retrógradas e violentas, que se aproveita do caos instalado para garantir e fortalecer interesses e privilégios de uma oligarquia rural que sempre dominou a nação, agora aliada à elite empresarial-financeira globalizada. Diante disso, alegam que permanecer na área desenvolver as práticas produtivas, econômicas e culturais já é um grande avanço para as famílias assentadas no PA Alegre.

Não acreditam mais no Estado, mas acredita na luta: *José Nilton lembra que conseguiram desapriar com bravura do grupo e com os apoios.* Temem a criminalização dos líderes e a situação política tendenciosa ao neoliberalismo, podendo trazer grandes dificuldades para os camponeses: *as perspectivas são as piores possíveis para os menos favorecidos lembra Nilton.*

Para a reforma agrária e tendendia é permanecer no mesmo ritmo dos ultimos anos. Segundo a CPT, em 2017 não foi assentada nenhuma família sem-terra. Em todo país são cerca de 4,8 milhões, onde a maioria das terras são públicas e/ou griladas e com a maior área ainda agricultável do planeta. Mas, apesar disso, continuam com muita esperança, pois os camponeses sempre são capazes de se reinventar diante das crises e, quem sabe encontrar outras saídas para a ressignificação da reforma agrária a partir dos territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<https://professoradarlenecarvalho.blogspot.com/2017/07/cerrado-aspectos-gerais.htm>

<http://www.florestalbrasil.com/2016/01/o-que-e-o-matopiba.html>

http://www.incra.gov.br/Aquisicao_de_terras



<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3817-nota-publica-fim-da-reforma-agraria-e-grilagem-de-terras-legalizada-na-amazonia>

<https://cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4280-nota-publica-tristes-recordes-da-anti-reforma-agraria>

<https://www.cptpiaui.org.br/artigo/w-dias-afirma-que-cerrados-tem-pistoleiros-e-parece-velho-oes?fbclid=IwAR08BP7vRwPiSF7z2rrAxJPh89-nkH4tkbt8AF16HUi1cHvpASM2k7rzZ10>

CRÉDITOS

Sistematização de "*A Terra Prometida e o Assentamento Alegre, em Alto Bonito, Município de Rição – Maranhão*:"

- Protagonista do caso: José Nilton Costa de Sousa, José Maria Batista, Kerlley Galvão da Silva, Juaci Alves de Sousa
- Sistemização realizada por Marciel Santos, Agente da Comissão Pastoral da Terra e Caritas Brasileira;
- Fotografias realizadas por Marciel Santos, arquivos pessoais dos moradores do PA Alegre

Assentamento Alegre, 03 de Fevereiro de 2019.

GALERIA DE IMAGENS



Foto 01: Família Gomes - percursores no processo de luta do assentamento.



Foto 02: famílias assentadas no PA Alegre.



Foto 03: Carga de Mandioca.



Foto 04: Raspagem da mandioca para fabricação da farinha.



Foto 05: Segunda fase da raspagem da mandioca para fabricação da farinha.



Foto 06: Momento de espiritualidade no Mutirão.



Foto 07: Participação do jovens nas atividades do assentamento.



Foto 08: Cuidando das galinhas no quintal.